

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

**FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 08.078.234/0001-63

Administração e Gestão



Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar, São Paulo, SP

Distribuição pública de até 1.000 (mil) quotas, a ser composta por até 584 (quinhentas e oitenta e quatro) quotas classe A, 136 (cento e trinta e seis) quotas classe B, 108 (cento e oito) quotas classe C, 89 (oitenta e nove) quotas classe D e 82 (oitenta e duas) quotas classe E, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), perfazendo o montante total de até:

R\$ 1.000.000,00
(um milhão de reais)

Registro na CVM: A Segunda Emissão foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob nº CVM/SRE/RFP/[•], em [•] de [•] de 2007.

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários ("Valores Mobiliários") de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de serviços, e que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38 (o "Distribuidor"). A Segunda Emissão é composta por 1.000 (mil) Quotas com preço unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o "Preço de Emissão"), totalizando o montante equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A Segunda Emissão e a atual versão do regulamento do Fundo foram aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária do Fundo, realizada em 27 de junho de 2007 e registrada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4989214.

O Fundo foi constituído pelo Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda., na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 14 de junho de 2006, conforme Deliberação de Constituição registrada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4878105 ("Regulamento").

O público alvo da Segunda Emissão é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 2 deste Prospecto, nas páginas 18 a 19.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), das taxas de administração devidas ao Administrador, da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador, das despesas com comissões ou taxa de

subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

“A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

A data deste Prospecto é 10 de julho de 2007

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
Negociação das Quotas	14
Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta	14
Outras Informações	14
Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo	15
Declaração do Administrador	15
3. FATORES DE RISCO	17
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	18
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	18
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	18
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	19
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários	19
Não existência de Garantia de Rentabilidade	19
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	19
Outros Riscos	19
4. FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL – FIP	20
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	21
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	21
Administração e Gestão do Fundo	21
Prestadores de Serviço do Fundo	23
Objetivo do Fundo	23
Investimentos do Fundo	24
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	26
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	27
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	30
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	32
Inadimplência dos Quotistas	33
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	35
Assembléia Geral de Quotistas	35
Comitê de Investimento	36
Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses	37
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	39
Taxas e Encargos do Fundo	40
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	44

Atendimento aos Quotistas.....	46
--------------------------------	----

5. ANEXOS

47

Anexo I - Cópia da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, realizada em 27 de junho de 2007, deliberando sobre a Segunda Emissão

Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III – Declaração nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

Anexo IV – Demonstrações financeiras do Fundo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80
Afiliada:	Em relação a uma pessoa ou sociedade, qualquer outra que, direta ou indiretamente, Controle ou seja Controlada por, ou que esteja sob Controle comum da primeira pessoa ou sociedade
Agente de Avaliação:	Empresa especializada na elaboração do Estudo de Avaliação, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época da respectiva reavaliação dos Valores Mobiliários
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Capital Comprometido	Montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento
Capital Integralizado	Valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Comitê de investimento	Comitê formado por 5 (cinco) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 do Regulamento
Companhia Alvo	Companhias abertas ou fechadas brasileiras que atendam os requisitos descritos no Regulamento de forma que sejam passíveis de

investimento pelo Fundo

Companhia(s) Investida(s)	Companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Controle:	e suas variações, têm o significado que lhe é atribuído pelo art. 116 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada
Custo de Oportunidade:	Correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado, corrigido pelo IPCA
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001/12
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão
Distribuidor	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38
Estudo de Avaliação:	Relatório de avaliação econômico-financeira, que deverá utilizar a metodologia de fluxo de caixa descontado, a fim de reavaliar os Valores Mobiliários da Carteira do Fundo, nas hipóteses previstas no item 17.7 do Regulamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 406/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Segunda Emissão
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou títulos públicos federais
Partes Ligadas	São consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente
Patrimônio Autorizado	Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo após a primeira emissão de quotas, formado por, no mínimo, 25.700 (vinte e cinco mil setecentas) quotas
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo
Período de investimentos	Período de investimento em Valores Mobiliários, iniciado no dia 14 de junho de 2006 e que se estenderá por 2 (dois) anos
Preço de Emissão	Valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada Quota, na

Segunda Emissão

Preço de Integralização	preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento
Primeira Emissão	Colocação privada de 25.700 (vinte e cinco mil e setecentas) Quotas, sendo 15.000 (quinze mil) Quotas Classe A, 3.500 (três mil e quinhentas) Quotas Classe B, 2.800 (duas mil e oitocentas) Quotas Classe C, até 2.300 (duas mil e trezentas) Quotas Classe D, e 2.100 (duas mil e cem) Quotas Classe E. As quotas da Primeira Emissão foram emitidas, subscritas e integralizadas pelo preço unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, totalizando o montante de R\$ 25.700.000,00 (vinte e cinco milhões e setecentos mil reais)
Prospecto	Este prospecto preliminar de distribuição pública de Quotas da Segunda Emissão do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações
Quotas	As Quotas Classe A, Quotas Classe B, Quotas Classe C, Quotas Classe D, Quotas Classe E relativas à Segunda Emissão
Quotas Classe A	As Quotas de emissão do Fundo da Classe A
Quotas Classe B	As Quotas de emissão do Fundo da Classe B
Quotas Classe C	As Quotas de emissão do Fundo da Classe C
Quotas Classe D	As Quotas de emissão do Fundo da Classe D
Quotas Classe E	As Quotas de emissão do Fundo da Classe E
Quotas Ofertadas	As Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores titulares de Quotas do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Requerimento de Integralização	Notificação encaminhada pelo Administrador a cada um dos Quotistas

solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento

Segunda Emissão

Segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 1.000 (mil) Quotas

Taxa de Administração

Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada nos termos do item 4.2 do Regulamento

Taxa de Performance:

Parcela variável de remuneração devida ao Administrador, calculada com base no desempenho dos investimentos do Fundo nos termos dos itens 4.3, 4.4 e 4.5 do Regulamento

Tivit

Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 08.669.754/0001-40, que constitui, até a presente data, a única Companhia Investida pertencente à carteira do Fundo

Valores Mobiliários

Ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de instituição intermediária da Oferta.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente aos clientes do Administrador, previamente indicados ao Distribuidor, desde que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº 400/03.

Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por até 1.000 (cento e cinquenta mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, no montante total de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Preço de Emissão e de Subscrição no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro na CVM. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante envio do Requerimento de Integralização.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Cronograma de Etapas de Oferta

Início da Oferta:	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a divulgação do anúncio de início.
Prazo de Colocação:	As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.
Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores:	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas junto ao Distribuidor poderão manifestar a sua intenção a qualquer momento durante o prazo de colocação, por meio de assinatura nos respectivos boletins de subscrição, até o encerramento da Oferta.
Distribuição junto ao Público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto aos clientes do Administrador que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº409/04.
Divulgação do resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da divulgação de anúncio de encerramento.

Valor Mínimo de Subscrição

O valor mínimo de subscrição de Quotas para novos investidores será equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação aplicável.

Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta

O Distribuidor foi contratado pelo Administrador para realizar a distribuição pública das Quotas sob regime de melhores esforços. Desta forma, as Quotas que não forem subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, serão canceladas pelo Administrador.

A colocação das Quotas será realizada no mercado de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços, perante investidores considerados como qualificados nos termos da regulamentação em vigor, a serem indicados, pelo Administrador, ao Distribuidor.

O investidor poderá obter cópia do Contrato de Distribuição de Quotas do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações na sede do Administrador e/ou do Distribuidor, conforme endereços constantes da seção “Outras Informações” abaixo.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Fundo, sendo compostos pela taxa de fiscalização da CVM, no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), e da comissão do Distribuidor, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Segunda Emissão, bem como exemplares do Prospecto, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Distribuidor e na CVM, nos endereços indicados no final desta seção.

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM - RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP 20159-900 Rio de Janeiro – RJ

CVM - SP

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza

CEP 01333-010 São Paulo – SP

Internet: www.cvm.gov.br

Administrador

Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda.

Sócio responsável pelo Fundo perante a CVM: Alexandre Saigh

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar

CEP 01452-001 São Paulo – SP

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

E-mail: andre.penalva@bancopatria.com.br

Internet: www.bancopatria.com.br

Distribuidor

Pentágono S.A. DTVM

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

CEP 22631-003 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax.: (21) 3385-4046

E-mail: mrubeiro@pentagonotrustee.com.br

Internet: www.pentagonotrustee.com.br

Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo

Agente de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais

Banco Bradesco S.A.

Tel.: (11) 3684-9441

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n

CEP 06029-900 Osasco - SP

Auditores Independentes

Deloitte Touch Tohmatsu Auditores Independentes

Tel.: (11) 5186-1000

Rua Alexandre Dumas, 1981

CEP 04717-906 São Paulo - SP

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação

econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas integralizadas.

Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todos os Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo poderão depender dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida, bem como do setor econômico de atuação de tal Companhia Investida.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL – FIP

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL – FIP

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos contados a partir do dia 14 de junho de 2006, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os "Quotistas").

O valor mínimo de subscrição inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Administração e Gestão do Fundo

Qualificação do Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria – Banco de Negócios - Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

Renúncia do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item "*Substituição do Administrador*" abaixo, assembléia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este parágrafo. Independentemente do disposto neste parágrafo, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará

obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de renúncia, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até o momento em que o Administrador comunicar aos Quotistas que pretende renunciar à administração do Fundo.

Destituição do Administrador pelos Quotistas

Além da hipótese de renúncia descrita no parágrafo anterior, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

Destituição por Justa Causa

Para os fins de que trata o Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Nessa situação, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até a data do fato que motivar o seu afastamento.

Destituição sem Justa Causa

A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, o Administrador fará jus ao recebimento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar, conforme definidas, calculadas e devidas de acordo com o disposto nos itens 4.4 e 4.5 do Regulamento.

Substituição do Administrador

A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. Para poder ser indicado como administrador substituto, este deverá previamente (i) declarar que ele, suas Afiliadas, os fundos por ele administrados/geridos e/ou administrados/geridos por suas respectivas Afiliadas, não concorrem; e (ii) obrigar-se, por si e por suas Afiliadas, os fundos por ele administrados/geridos e/ou administrados/geridos por suas Afiliadas, a não concorrer com as Companhias Investidas e/ou com suas controladas, enquanto o Fundo for detentor, direta ou indiretamente, de participações acionárias em referidas companhias, nos termos dos acordos de acionistas de referidas Companhias Investidas e/ou suas controladas. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá (A) outorgar ao mesmo poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste parágrafo e (B) exigir que o administrador substituto assuma expressamente todos os compromissos e obrigações do administrador substituído que tenham sido acordados no âmbito de aquisições, pelo Fundo, dos investimentos nas Companhias Investidas e suas controladas, em acordos de acionistas ou por outra forma.

Prestadores de Serviço do Fundo

Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Banco Bradesco S.A. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de serviços, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando de bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observados os termos e condições do Regulamento.

Investimentos do Fundo

O Fundo investirá em valores mobiliários de emissão de companhias abertas e fechadas brasileiras que atuem no setor de serviços. No caso de investimentos no setor de serviços envolvendo terceirização de tecnologia da informação, o Fundo investirá apenas em valores mobiliários de emissão (i) da Tivit; ou (ii) de outras Companhias Alvo que atuem em qualquer um dos referidos setores, desde que aprovado por acionistas da Tivit (incluindo o próprio Fundo) que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu capital social votante.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários são realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

Requisitos Aplicáveis às Companhias Investidas

As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 do Regulamento; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados na Cláusula Sétima do Regulamento e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos, o Administrador levará tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.

Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 do Regulamento.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze do Regulamento; e
- (iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do parágrafo anterior, o Administrador convocará o Comitê de Investimento para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido; (ii) a permanência dos recursos no

caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até 50% (cinquenta por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 100% (cem por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.

Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo possui um Período de Investimentos em Valores Mobiliários que se iniciou em 14 de junho de 2006 e se estenderá por 2 (dois), prorrogáveis mediante aprovação do Comitê de Investimento.

A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

Novos Aportes de Recursos

O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Patrimônio Autorizado e Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Autorizado do Fundo será de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e será composto por até 100.000 (cem mil) Quotas.

O Patrimônio Inicial do Fundo previsto no Regulamento deveria atingir, após a Primeira Emissão, o montante de 25.700 (vinte e cinco mil e setecentas) quotas subscritas, e totalizar o valor de R\$ 25.700.000,00 (vinte e cinco milhões e setecentos mil reais). A Primeira Emissão foi deliberada na Deliberação de Constituição do Fundo, em 14 de junho de 2006, e encerrada na Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 28 de junho de 2006.

Direitos Patrimoniais

O patrimônio do Fundo será representado por 6 (seis) classes de quotas, quais sejam, as quotas classe A, quotas classe B, quotas classe C, quotas classe D, quotas classe E e as quotas classe F.

As quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em até 6 (seis) classes, todas com os mesmos direitos, exceto pelo direito de eleger os membros do Comitê de Investimento do Fundo.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Direito de Voto das Quotas

Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Emissões de Novas Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembléia.

O preço unitário de emissão de Novas Quotas após o prazo definido no parágrafo anterior, será o maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo calculado de acordo com o disposto na Cláusula Dezessete do Regulamento, dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas; ou (ii) o valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir Novas Quotas do Fundo.

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de colocação pública pelo Administrador, nos termos da Assembléia Geral de Quotistas realizada no dia 27 de junho de 2007. O Fundo e a emissão de suas Quotas serão registradas perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

O Administrador somente poderá distribuir Quotas do Fundo àqueles que se enquadrem e declarem estarem enquadrados nas condições de ingresso no Fundo por meio do Termo de Adesão, conforme previsto no item 13.9.1. do Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Direito de Preferência para Novas Emissões

Exceto pelas quotas classe F, a emissão de Novas Quotas dependerá de prévia anuência do(s) Quotista(s) que detiver(em) a maioria das Quotas da respectiva classe.

Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta seção.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem suas Quotas, comprometer-se-ão a cumprir os termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos parágrafos abaixo.

Observado o disposto nos parágrafos seguintes, todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas, ou por qualquer outra forma, deverá aderir aos termos e condições do Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador, o qual conterá a declaração e obrigação do Quotista de que (i) guardará confidencialidade de todas as informações obtidas a respeito das Companhias Investidas, nos termos do item 20.3 do Regulamento; e (ii) que não atua, detém ou participa do Controle, direta ou indiretamente, bem como que, enquanto for Quotista do Fundo, não atuará, deterá ou participará do Controle, direta ou indiretamente, de negócio concorrente ao da Tivit, assim entendido como a realização de quaisquer atividades comerciais ou de prestação de serviços relativas à: (a) terceirização de serviços de tecnologia da informação; (b) gestão de aplicativos, integração de sistemas e fábrica de software; (c) contact center e telemarketing; (d) terceirização de processos de negócios ("BPO") que seja atualmente oferecida pela Tivit ou suas subsidiárias; (e) consultoria em tecnologia da informação; e (f) novos produtos ou serviços que venham a ser posteriormente oferecidos pela Tivit, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Não obstante o direito de preferência previsto nos parágrafos seguintes, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

Quotistas não poderão alienar suas Quotas a terceiros que detenham, direta ou indiretamente, o Controle de negócio concorrente ao da Tivit.

Os Quotistas não poderão alienar suas Quotas a terceiros, exceto com prévia autorização do Administrador.

O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta nos itens 2.1 e 2.2 do Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores e não havendo o exercício do direito de preferência por parte de qualquer Quotista sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Quotistas.

Se ao final do prazo previsto no parágrafo anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros, o procedimento previsto neste item deverá ser renovado.

O direito de preferência, nos termos deste item, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

Condições de Amortização e Resgate das Quotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do

Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Da Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições do Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

(i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas pro rata temporis, e deduzidas eventuais provisões de crédito;

(ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no parágrafo seguinte; e

(iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no próximo parágrafo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses;
- (ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;
- (iii) após 12 (doze) meses contados da data da primeira emissão de quotas, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de Novas Quotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 (três) meses;
- (iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- (v) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de destituição do Administrador sem justa causa.

Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação").

A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em reunião do Comitê de Investimento dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no parágrafo anterior. Caso os membros do Comitê de Investimento indicados acima não compareçam à reunião e/ou não cheguem à uma conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

Inadimplência dos Quotistas

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no

parágrafo seguinte, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista Inadimplente, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo;
- (ii) eventual(is) membro(s) do Comitê de Investimento nomeado(s) por tal Quotista Inadimplente, em conjunto com outros Quotistas ou individualmente, será(ão) substituído(s) por outro(s) membro(s) a ser(em) eleito(s) pelos demais Quotistas integrantes da classe de Quotas do Quotista Inadimplente, sendo que, na hipótese do Quotista Inadimplente ser o único titular de uma determinada classe de Quotas, então a participação de tal(is) membro(s) do Comitê de Investimento será(ão) suspensa(s) pelo Administrador; e
- (iii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

As consequências referidas no parágrafo anterior somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, na hipótese dos subitens (i) e (ii), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível (i) ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas; e (ii) à nomeação de membro(s) do Comitê de Investimento em substituição àquele destituído, (a) individualmente, caso seja o único titular da classe de suas Quotas ou (b) em conjunto com os demais Quotistas titulares da classe de suas Quotas, nos termos da Cláusula Onze e Quatorze do Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 do Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira do Regulamento.

O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Quatorze do Regulamento.

Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, formado por até 9 (nove) membros eleitos pelos Quotistas, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador.

Os membros do Comitê de Investimento terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Exceto nas hipóteses de inadimplência, os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem eleito.

Os membros do Comitê de Investimento serão indicados pelos Quotistas de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 03 (três) membros serão indicados por Quotistas titulares de Quotas Classe A ou, caso apenas 01 (um) membro seja indicado, tal membro terá 03 (três) votos no Comitê de Investimento;
- (ii) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe B;
- (iii) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe C;
- (iv) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe D;
- (v) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe E; e
- (vi) os Quotistas titulares de Quotas Classe F poderão indicar 01 (um) membro a cada 10.000 (dez mil) Quotas Classe F subscritas, limitado ao total de 02 (dois) membros, podendo indicar 01 (um) membro com 02 (dois) votos no Comitê de Investimento, caso tenham subscrito 20.000 (vinte mil) ou mais Quotas Classe F.

O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento:

- (i) discutir, analisar e aprovar propostas do Administrador referentes a estratégias e diretrizes de investimento e novo investimento do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e Companhias Investidas e/ou a celebração de empréstimos;
- (ii) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas;
- (iii) discutir e deliberar sobre os critérios de contabilização das operações do Fundo; e
- (iv) discutir e analisar proposta do Administrador referente à prorrogação de prazo de duração do Fundo.

Caberá unicamente ao Administrador propor ao Comitê de Investimento e/ou à Assembléia Geral de Quotistas a realização de qualquer investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, conforme o caso.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, de forma física ou remota, na respectiva reunião. Em caso de empate nas deliberações, será concedido 1 (um) voto a mais ao(s) membro(s) indicado(s) pelo Quotista detentor da maioria das Quotas em circulação.

Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto no item "Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesse" abaixo.

Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses

Para os fins do Regulamento, são consideradas Partes Ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo:

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou

(ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto no Regulamento.

Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado as exceções previstas neste item.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

(i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:

(a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que tenham por objeto:

(i) o apoio à gestão das Companhias Investidas, cujos valores não ultrapassem 1,0% (um por cento) ao ano do montante investido pelo Fundo na respectiva Companhia Investida; e/ou

(ii) a assessoria financeira em operações de fusões, aquisições e joint-ventures envolvendo qualquer Companhia Investida, cujos valores não ultrapassem 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor da operação, a título de comissão de sucesso.

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e

(b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

(a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;

(b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e

(d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

(a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;

(b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma Taxa de Administração e uma Taxa de Performance, as quais serão calculadas, provisionadas e pagas de acordo com o disposto abaixo:

Taxa de Administração

A Taxa de Administração será equivalente a 1% (um por cento) ao ano, calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

- (i) No primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do Patrimônio Inicial até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido, atualizado anualmente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e
- (ii) No segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que iniciar-se-á no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.

Cobrança Normal de Taxa de Performance

O Administrador não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance até que os Quotistas recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas Quotas, valores em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, que correspondam ao somatório do Capital Integralizado, devidamente corrigidos pelo IPCA, acrescido de custo de oportunidade correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado corrigido pelo IPCA. Para todos os meses de atualização do Capital Integralizado, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada pro rata temporis.

Depois de cumpridos os requisitos descritos no parágrafo anterior, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos, e/ou de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: (i) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas; e (ii) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Administrador a título de pagamento de Taxa de Performance.

Será considerado como base de cálculo da Taxa de Performance o investimento total realizado por cada Quotista no Fundo, mediante a integralização de Quotas.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 do Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance será realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

Cobrança de Taxa de Performance na Hipótese de Destituição Sem Justa Causa e de Fusão, Cisão ou Incorporação do Fundo Sem Anuência do Administrador

Na hipótese de destituição sem justa causa do Administrador, ou de deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo por vontade exclusiva dos Quotistas, sem anuência do Administrador, será devida ao Administrador uma taxa de performance calculada de acordo com a seguinte fórmula ("Taxa de Performance Antecipada"):

$$TPD = 20\% \times [(VPLA + A) - CIA], \text{ onde}$$

TPD = Taxa de Performance Antecipada, devida ao Administrador na data de sua efetiva substituição sem justa causa; ou da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a fusão, cisão ou incorporação do Fundo, em moeda corrente nacional;

VPLA = valor do patrimônio líquido do Fundo apurado de acordo com o critério da Cláusula Dezessete do Regulamento, no 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas;

A = somatório de eventuais valores distribuídos aos Quotistas do Fundo a título de amortização de suas Quotas, nos termos do item 4.3 acima, desde a data de constituição do Fundo e até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas, valores estes devidamente corrigidos pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade;

CIA = Capital Integralizado corrigido pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade a partir da data de cada integralização de Quotas até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas.

Cobrança de Taxa de Performance Complementar na Hipótese de Destituição Sem Justa Causa, Liquidação do Fundo ou Liquidação Injustificada

Na hipótese (i) de destituição sem justa causa do Administrador, e/ou (ii) de liquidação do Fundo em virtude da destituição sem justa causa do Administrador, e/ou, ainda, (iii) de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo por deliberação exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Quatorze do Regulamento, e, neste caso, desde que o Administrador não tenha proposto a referida fusão, cisão, incorporação ou liquidação, o Administrador também fará jus à uma taxa de performance complementar ("Taxa de Performance Complementar"), caso, no prazo de 12 (doze) meses contados de eventual data de substituição do Administrador sem justa causa e/ou fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo nos termos dos subitens (ii) e (iii) acima ("Evento"), o Fundo e/ou quaisquer Quotistas do Fundo à época do Evento ("Quotistas Alienantes") realizem a venda de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que faziam parte integrante da Carteira do Fundo à época do Evento ("Venda dos Valores Mobiliários"), com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada nos termos do Regulamento.

A Taxa de Performance Complementar será o montante, em reais, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à (i) diferença existente entre o valor obtido na Venda dos Valores Mobiliários e o valor atribuído a esses mesmos Valores Mobiliários para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada, conforme o caso, acrescido de (ii) eventuais valores distribuídos ao Fundo e/ou aos Quotistas Alienantes a título de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, rendimentos e/ou quaisquer outras bonificações atribuídos aos Valores Mobiliários, durante o período compreendido entre a data do Evento e a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes.

O pagamento da Taxa de Performance Complementar, que será devido pelo Fundo na hipótese de o Fundo ter realizado a Venda dos Valores Mobiliários e/ou pelos Quotistas Alienantes na hipótese destes terem realizado a Venda dos Valores Mobiliários, será realizado na mesma forma, proporção e prazo de pagamento fixados na Venda dos Valores Mobiliários.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4. do Regulamento do Fundo, o pagamento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar será realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

CEP 01452-001 São Paulo - SP

e-mail: andre.penalva@bancopatria.com.br

5. ANEXOS

Anexo I ao Prospecto

**Cópia da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, realizada em 27 de junho de 2007,
deliberando sobre a Segunda Emissão**

**FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL
- FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 08.078.234/0001-63

**Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de Quotistas
realizadas em 27 de junho de 2007**

Data, Hora e Local: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2007, às 11:00 horas, na sede do Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda. (“Administrador”), administrador do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude da presença de quotistas representando a totalidade das quotas emitidas pelo Fundo, conforme assinaturas apostas no livro de presença de quotistas.

Composição da Mesa: Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh - Presidente; Marco Nicola D’ippolito - Secretário.

Ordem do Dia: Em Assembléia Ordinária, (i) análise e aprovação das contas do Fundo elaboradas pelo Administrador, e deliberação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes do Fundo, as quais já foram enviadas aos Srs. Quotistas. Em Assembléia Extraordinária, (i) aprovação da segunda emissão de quotas do Fundo; (ii) informação sobre a reorganização societária e operacional entre a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. (“Telefutura”), e suas controladas, e a Tivit Tecnologia da Informação S.A. (“Tivit”), com a criação de uma nova empresa denominada Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. (“Tivit Terceirização”), a qual consolidará os negócios da Telefutura e da Tivit; e (iii) aprovação de novo teor acordado do regulamento do Fundo (“Regulamento”).

Deliberações, tomadas por unanimidade dos Quotistas: Em Assembléia Ordinária, (i) aprovar as contas e demonstrações financeiras do Fundo relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes. Em Assembléia Extraordinária, (i) aprovar a segunda emissão de quotas do Fundo, a ser composta por até 584 (quinhentas e oitenta e quatro) quotas classe A, 136 (cento e trinta e seis) quotas classe B, 108 (cento e oito) quotas classe C, 89 (oitenta e nove) quotas classe D, e 82 (oitenta e duas) quotas classe E (doravante denominadas em conjunto de “Quotas”). As Quotas terão preço unitário de emissão correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando, nesta data, o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). As Quotas serão objeto de colocação pública, devendo ser subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições do Regulamento e do Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização a ser celebrado

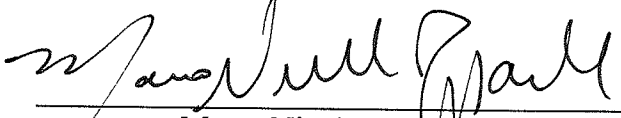
M

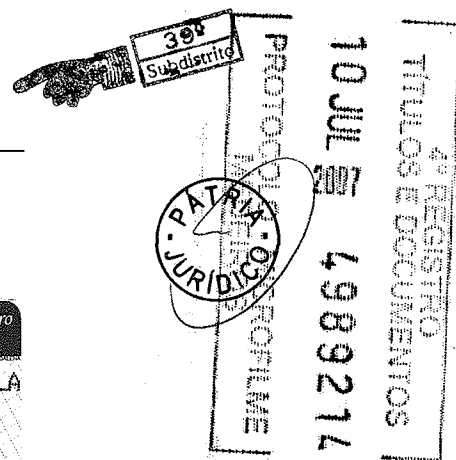


entre os subscritores das Quotas e o Administrador. Os Quotistas aprovaram a contratação da Pentágono S.A. DTVM, para prestar serviços de distribuição das Quotas do Fundo; (ii) o Administrador informou aos Quotistas presentes sobre o processo de reorganização societária e operacional entre a Telefutura e a Tivit, com a criação da Tivit Terceirização, cuja participação final do Fundo nesta nova empresa será de 12,40% (doze vírgula quarenta por cento). Tendo em vista o investimento nesta nova empresa, o Administrador informou também os novos termos e condições a serem observados pelo Fundo e seus Quotistas, conforme previsto no Contrato de Associação celebrado em 20 de abril de 2007 entre Tivit, Luiz Mattar, Eraldo de Paola, o Fundo, Lit Tele Ltd., Varanasi Administração de Bens S.A. e Telefutura ("Contrato"). Os Quotistas presentes ratificaram todos os termos e condições do Contrato, principalmente as minutas dos acordos de acionistas constantes do Anexo 3 e do Anexo 3.2 do Contrato (os "Acordos de Acionistas da Tivit Tecnologia"). Desta forma, os Quotistas declararam ter reconhecido e afirmam ter lido, entendido e concordado integralmente com todos os termos e condições dos Acordos de Acionistas da Tivit Tecnologia, cujas cópias são neste ato entregues para todos os Quotistas; e (iii) tendo em vista as deliberações anteriores, os Quotistas resolvem aprovar o novo teor acordado do Regulamento, conforme documento anexo.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária foram encerradas com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de Quotistas do Fundo, realizadas em 27 de junho de 2007, lavrada em livro próprio.

São Paulo, 27 de junho de 2007.


Marco Nicola D'ippolito
Secretário

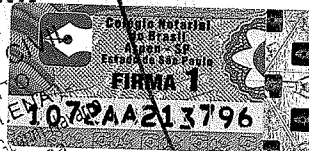


OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 39.º SUBDISTRITO VILA MADALENA - CAPITAL SP
Av. Brig. Faria Lima, 1675 - CEP 01452-901 - Fone: (11) 3819-9900 / 3816-7700

Maria Aparecida Guarim Navarro
Oficial Designada

Reconheço por semelhança a firma de: MARCO NICOLA D'IPPOLITO em documento sem valor econômico, dou fé.
São Paulo, 06 de Julho de 2007.
Em testemunho da verdade.

CARLOS ALEXANDRE DE MIRANDA VITORIO - PREPOSTO
Firma 2,661 1 2014880816140300083301



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro

EMOL	139,10
ESTADO	39,85
IPESP	29,34
R.CIVIL	7,13
T.J.	7,13
TOTAL	222,55

Apresentado hoje, protocolado e registrado em
microfilme sob nº **4989214**
Averbado no registro primitivo **4878105/06**

São Paulo, 10 de julho de 2007.

Selos e taxas
Recolhidas p/ verba

Escrevente Autorizado

9742137

Anexo II ao Prospecto

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Este Regulamento é parte integrante da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações realizada em 27 de junho de 2007.

“REGULAMENTO DO FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. O Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos contados da data da Primeira Emissão, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

1.3. O patrimônio do Fundo será representado por 6 (seis) classes de quotas, quais sejam, as quotas classe A (“Quotas Classe A”), quotas classe B (“Quotas Classe B”), quotas classe C (“Quotas Classe C”), quotas classe D (“Quotas Classe D”), quotas classe E (“Quotas Classe E”) e as quotas classe F (“Quotas Classe F”) (em conjunto, as “Quotas”).

1.4. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas são definidos por este Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO ALVO

2.1. O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).

2.2. O valor mínimo de subscrição no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado, ainda, o disposto no item 12.1.1 abaixo.

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
10 JUL 2007 4:38:21
PROTÓCOLO - MICROFILME
REGISTRO



CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADMINISTRADOR E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

QUALIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.1. O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80 (o “Administrador”), devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.2. Os serviços de tesouraria, contabilização e custódia serão contratados pelo Administrador, em nome do Fundo, com instituição legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

3.3. Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, inclusive, mas não se limitando, ao disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava abaixo, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas, de qualquer natureza e/ou assembleias gerais de quotistas de fundos de investimentos cujas quotas venham a compor a Carteira do Fundo.

RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

3.4. O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item 3.6 abaixo. A assembleia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de renúncia, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até o momento em que o Administrador comunicar aos Quotistas que pretende renunciar à administração do Fundo.

DESTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR PELOS QUOTISTAS

3.5. Além da hipótese de renúncia descrita no item 3.4 acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de



deliberação de que trata a Cláusula Quatorze abaixo. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

DESTITUIÇÃO POR JUSTA CAUSA

3.5.1. Para os fins de que trata esse Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração, *pro rata temporis*. Nessa situação, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até a data do fato que motivar o seu afastamento.

DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA

3.5.2. A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, o Administrador fará jus ao recebimento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar, conforme definidas, calculadas e devidas de acordo com o disposto nos itens 4.4 e 4.5 abaixo.

SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.6. A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens 3.4 ou 3.5 acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. Para poder ser indicado como administrador substituto, este deverá previamente (i) declarar que ele, suas Afiliadas, os fundos por ele administrados/geridos e/ou administrados/geridos por suas respectivas Afiliadas, não concorrem; e (ii) obrigar-se, por si e por suas Afiliadas, os fundos por ele administrados/geridos e/ou administrados/geridos por suas Afiliadas, a não concorrer com as Companhias Investidas e/ou com suas controladas, enquanto o Fundo for detentor, direta ou indiretamente, de participações acionárias em referidas companhias, nos termos dos acordos de acionistas de referidas Companhias Investidas e/ou suas controladas. A



deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá (A) outorgar ao mesmo poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste item 3.6 e (B) exigir que o administrador substituto assuma expressamente todos os compromissos e obrigações do administrador substituído que tenham sido acordados no âmbito de aquisições, pelo Fundo, dos investimentos nas Companhias Investidas e suas controladas, em acordos de acionistas ou por outra forma.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

4.1. Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) e uma taxa de performance (“Taxa de Performance”), as quais serão calculadas, provisionadas e pagas de acordo com o disposto nesta Cláusula.

COBRANÇA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. A Taxa de Administração será equivalente a 1,0% (um por cento) ao ano, calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

(i) no primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do Patrimônio Inicial até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e

(ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.

COBRANÇA NORMAL DE TAXA DE PERFORMANCE

4.3. O Administrador não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance até que os Quotistas recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas Quotas, valores em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos (na hipótese prevista no item 13.7.4 abaixo), que correspondam ao somatório do Capital Integralizado, devidamente corrigidos pelo IPCA, acrescido de custo de oportunidade correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado corrigido pelo IPCA (“Custo de Oportunidade”). Para todos os meses de atualização do Capital



Integralizado, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*.

4.3.1. Depois de cumpridos os requisitos descritos no item 4.3 acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos, e/ou de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos (na hipótese descrita no item 13.7.4 deste Regulamento), observarão a seguinte proporção: (i) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas; e (ii) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Administrador a título de pagamento de Taxa de Performance.

4.3.2. Será considerado como base de cálculo da Taxa de Performance o investimento total realizado por cada Quotista no Fundo, mediante a integralização de Quotas.

4.3.3. Não obstante o disposto no item 4.3 acima, exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 deste Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance será realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE NA HIPÓTESE DE DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA E DE FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DO FUNDO SEM ANUÊNCIA DO ADMINISTRADOR

4.4. Na hipótese de destituição sem justa causa do Administrador, nos termos do item 3.5.2. acima, ou de deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo por vontade exclusiva dos Quotistas, sem anuência do Administrador, será devida ao Administrador uma taxa de performance calculada de acordo com a seguinte fórmula ("Taxa de Performance Antecipada"):

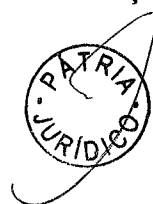
$$TPD = 20\% \times [(VPLA + A) - CIA], \text{ onde}$$

TPD = Taxa de Performance Antecipada, devida ao Administrador na data de sua efetiva substituição sem justa causa; ou da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a fusão, cisão ou incorporação do Fundo, em moeda corrente nacional;

VPLA = valor do patrimônio líquido do Fundo apurado de acordo com o critério da Cláusula Dezessete deste Regulamento, no 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas;

A = somatório de eventuais valores distribuídos aos Quotistas do Fundo a título de amortização de suas Quotas, nos termos do item 4.3 acima, desde a data de constituição do Fundo e até o (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas, valores estes devidamente corrigidos pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade;

CIA = Capital Integralizado corrigido pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade a partir da data de cada integralização de Quotas até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da



destituição do Administrador, sem justa causa, ou da fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas.

COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE COMPLEMENTAR NA HIPÓTESE DE DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA, LIQUIDAÇÃO DO FUNDO NOS TERMOS DO ITEM 3.5.2. OU LIQUIDAÇÃO INJUSTIFICADA

4.5. Na hipótese (i) de destituição sem justa causa do Administrador, nos termos do item 3.5.2 acima, e/ou (ii) de liquidação do Fundo nos termos do item 3.6 acima, em virtude da destituição sem justa causa do Administrador, e/ou, ainda, (iii) de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo por deliberação exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Quatorze, e, neste caso, desde que o Administrador não tenha proposto a referida fusão, cisão, incorporação ou liquidação, o Administrador também fará jus à uma taxa de performance complementar ("Taxa de Performance Complementar"), caso, no prazo de 12 (doze) meses contados de eventual data de substituição do Administrador sem justa causa e/ou fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo nos termos dos subitens (ii) e (iii) acima ("Evento"), o Fundo e/ou quaisquer Quotistas do Fundo à época do Evento ("Quotistas Alienantes") realizem a venda de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que faziam parte integrante da Carteira do Fundo à época do Evento ("Venda dos Valores Mobiliários"), com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada nos termos deste Regulamento.

4.5.1. A Taxa de Performance Complementar será o montante, em reais, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à (i) diferença existente entre o valor obtido na Venda dos Valores Mobiliários e o valor atribuído a esses mesmos Valores Mobiliários para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada, conforme o caso, acrescido de (ii) eventuais valores distribuídos ao Fundo e/ou aos Quotistas Alienantes à título de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, rendimentos e/ou quaisquer outras bonificações atribuídos aos Valores Mobiliários, durante o período compreendido entre a data do Evento e a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes.

4.5.2. O pagamento da Taxa de Performance Complementar, que será devido pelo Fundo, na hipótese de o Fundo ter realizado a Venda dos Valores Mobiliários e/ou pelos Quotistas Alienantes na hipótese destes terem realizado a Venda dos Valores Mobiliários, será realizado na mesma forma, proporção e prazo de pagamento fixados na Venda dos Valores Mobiliários.

4.6. Não obstante o disposto nos itens 4.4 e 4.5 acima, exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 deste Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar será realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

5.1. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento,



permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

(viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no subitem (i) deste item 5.1. até o término de tal procedimento;

(ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;

(x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;

(xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto à instituição custodiante;

(xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;

(xiii) negociar e celebrar, em nome do Fundo, acordo de acionistas das Companhias Alvo e/ou das Companhias Investidas, bem como quaisquer outros acordos referentes aos investimentos que venham a ser realizados pelo Fundo, sempre no melhor interesse dos Quotistas;

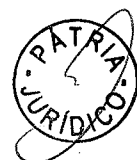
(xiv) observar as disposições dos acordos de acionistas dos quais o Fundo seja signatário e dar divulgação dos mesmos aos Quotistas;

(xv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento;

(xvi) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento; e

(xvii) decidir e implementar, a seu exclusivo critério e no melhor interesse do Fundo, a estratégia e diretrizes de desinvestimento do Fundo nas Companhias Investidas, incluindo a alienação parcial ou total dos Valores Mobiliários.

5.2. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
10 JUN 2007
1989
PROTÓCOLO DE REGISTRO
MÉRITO

deste item 5.2, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima serão impedidos de votar.

5.3. O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Quotistas, quando proceder com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

6.1. Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto aqueles descritos no item 8.5 abaixo;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução da CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990) ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBJETIVO E DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

7.1. O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de serviços, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando de bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observados os termos e condições deste Regulamento.

7.2. O Fundo investirá em valores mobiliários de emissão de companhias abertas e fechadas brasileiras que atuem no setor de serviços (as “Companhias Alvo”, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou “Companhias Investidas”, após receberem



qualquer aporte de recursos do Fundo). No caso de investimentos no setor de serviços envolvendo terceirização de tecnologia da informação, o Fundo investirá apenas em valores mobiliários de emissão (i) da Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 08.669.754/0001-40 ("Tivit"); ou (ii) de outras Companhias Alvo que atuem em qualquer um dos referidos setores, desde que aprovado por acionistas da Tivit (incluindo o próprio Fundo) que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu capital social votante.

7.2.1. Os valores mobiliários a que se refere o item 7.2 acima serão ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo (os "Valores Mobiliários").

7.2.2. Na realização dos investimentos do Fundo, o Administrador observará as deliberações do Comitê de Investimento, tomadas de acordo com o item 11.4 deste Regulamento.

7.3. O Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida atenda no menor prazo possível aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado da BOVESPA ou para classificação como Companhia Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, observado o disposto no subitem (v) do item 7.5 abaixo.

7.4. Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os Quotistas do Fundo devem estar cientes de que (i) os ativos componentes da Carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e (ii) a Carteira do Fundo poderá estar concentrada em Valores Mobiliários de emissão de poucas companhias, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais companhias. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o Quotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento.

7.5. As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;



REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
49892714

- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 acima; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

7.5.1. Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados nesta Cláusula Sétima e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos previstos nesta Cláusula Sétima, o Administrador obriga-se a levar tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, LIMITES E RESTRIÇÕES DE INVESTIMENTO

8.1. Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados mediante a observância dos termos e condições indicados neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

8.2. A Carteira do Fundo (a "Carteira") será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, cujos administradores sejam instituições financeiras ou pertençam ao mesmo grupo societário de instituições financeiras classificadas nos termos do alínea (a) anterior, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 abaixo ("Outros Ativos").

8.3. Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou



Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital, observado o disposto no item 8.3.1 abaixo;

(ii) sem prejuízo do disposto no subitem (i) acima, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;

(iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração e/ou Taxa de Performance, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze abaixo; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

8.3.1. Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima, o Administrador convocará o Comitê de Investimento para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido no subitem (i) do item 8.3 acima; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham sido concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

8.3.2. Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até 50% (cinquenta por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

8.4. Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração e/ou Taxa de Performance ao Administrador.



8.5. O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

8.6. O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 100% (cem por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.

CO-INVESTIMENTO

8.7. O Administrador poderá compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores financeiros e/ou estratégicos diretamente ou através de fundos de investimento ("Co-Investimento").

8.7.1. No caso de investimentos que não tenham sido aprovados pelo Comitê de Investimento, o Administrador poderá oferecer tais investimentos aos Quotistas do Fundo, a Partes Ligadas e/ou a quaisquer terceiros interessados, ficando desde já estabelecido que o Quotista do Fundo cujo representante por ele indicado no Comitê de Investimento tenha votado contra o investimento acima referido não terá direito à participação em tal investimento.

CLÁUSULA NONA – DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

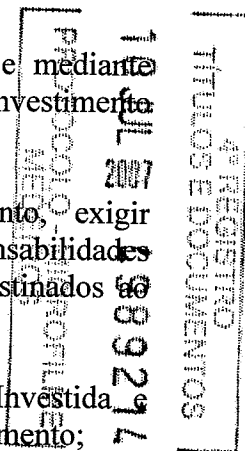
9.1. O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimento") que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 2 (dois) anos, prorrogáveis mediante aprovação do Comitê de Investimento.

9.1.1. A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

9.2. O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir Integralizações Remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

(i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;

(ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou



(iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de Controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

CLÁUSULA DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS MEDIANTE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS E DA RESTITUIÇÃO DE CAPITAL

10.1. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto no item 13.7 deste Regulamento.

10.2. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 13.6 abaixo.

CLÁUSULA ONZE – DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

11.1. O Fundo terá um Comitê de Investimento ("Comitê de Investimento"), formado por até 9 (nove) membros eleitos pelos Quotistas, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador, observado o disposto nesta Cláusula Onze.

11.2. Os membros do Comitê de Investimento terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Exceto na hipótese descrita no item 13.6 deste Regulamento, os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem elegido na forma do item 11.3 abaixo.

11.3. Os membros do Comitê de Investimento serão indicados pelos Quotistas de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 03 (três) membros serão indicados por Quotistas titulares de Quotas Classe A ou, caso apenas 01 (um) membro seja indicado, tal membro terá 03 (três) votos no Comitê de Investimento;
- (ii) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe B;
- (iii) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe C;



- (iv) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe D;
- (v) 01 (um) membro será indicado por Quotistas titulares de Quotas Classe E; e
- (vi) os Quotistas titulares de Quotas Classe F poderão indicar 01 (um) membro a cada 10.000 (dez mil) Quotas Classe F subscritas, limitado ao total de 02 (dois) membros, podendo indicar 01 (um) membro com 02 (dois) votos no Comitê de Investimento, caso tenham subscrito 20.000 (vinte mil) ou mais Quotas Classe F.

11.4. O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento:

- (i) discutir, analisar e aprovar propostas do Administrador referentes a estratégias e diretrizes de investimento e novo investimento do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e Companhias Investidas e/ou a celebração de empréstimos;
- (ii) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas;
- (iii) discutir e deliberar sobre os critérios de contabilização das operações do Fundo; e
- (iv) discutir e analisar proposta do Administrador referente à prorrogação de prazo de duração do Fundo.

11.4.1. Caberá unicamente ao Administrador propor ao Comitê de Investimento e/ou à Assembléia Geral de Quotistas a realização de qualquer investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, conforme o caso.

11.5. Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo à convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

11.6. As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes de forma física ou remota, na respectiva reunião. Em caso de empate nas deliberações, será concedido 1 (um) voto a mais ao(s) membro(s) indicado(s) pelo Quotista detentor da maioria das Quotas em circulação.

11.6.1. Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.



11.7. Como regra geral, as deliberações das reuniões do Comitê de Investimento serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Comitê de Investimento presentes.

11.8. Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

11.9. Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

11.10. Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

11.11. Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto na Cláusula Quinze deste Regulamento.

CLÁUSULA DOZE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO INICIAL E NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

12.1. O patrimônio autorizado do Fundo é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) (“Patrimônio Autorizado”).

12.1.1. O Patrimônio Autorizado será composto da seguinte forma:

- (i) de, no mínimo, 15.000 (quinze mil) até 30.000 (trinta mil) Quotas Classe A;
- (ii) de, no mínimo, 3.500 (três mil e quinhentas) até 7.000 (sete mil) Quotas Classe B;
- (iii) de, no mínimo, 2.000 (duas mil) até 4.000 (quatro mil) Quotas Classe C;
- (iv) de, no mínimo, 2.000 (duas mil) até 4.000 (quatro mil) Quotas Classe D;
- (v) de, no mínimo, 2.000 (duas mil) até 4.000 (quatro mil) Quotas Classe E; e
- (vi) de, no mínimo, 1.000 (mil) Quotas Classe F até o saldo remanescente do Patrimônio Autorizado.

12.2. O Patrimônio Inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a primeira emissão de Quotas (a “Primeira Emissão”), será formado por 25.700 (vinte e cinco mil e setecentas) Quotas. O preço unitário de emissão das Quotas será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o “Preço de Emissão”), totalizando, o Patrimônio Inicial, o valor subscrito de R\$ 25.700.000,00 (vinte e cinco milhões e setecentos mil reais).

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
10 JUL 2014 4 38 32 14
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDICOS



12.2.1. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser integralizadas nos termos previstos no item 13.5 da Cláusula Treze abaixo.

12.3. Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador. Exceto pelas Quotas Classe F, a emissão de Novas Quotas dependerá de prévia anuência do(s) Quotista(s) que detiver(em) a maioria das Quotas da respectiva classe.

12.4. O preço unitário de emissão de Novas Quotas nos primeiros 12 (doze) meses após a data de deliberação da Primeira Emissão poderá refletir o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), atualizado *pro rata die* pela variação percentual acumulada do IPCA, a partir da data de deliberação da Primeira Emissão até a data da efetiva emissão posterior. Para todos os meses de atualização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*.

12.5. O preço unitário de emissão de Novas Quotas após o prazo definido no item 12.4 acima, será o maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo calculado de acordo com o disposto na Cláusula Dezesete abaixo, dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas; ou (ii) o valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir Novas Quotas do Fundo constante de proposta firme, por escrito, incluindo os termos e condições do negócio, apresentada há menos de 90 (noventa) dias pelos investidores interessados.

CLÁUSULA TREZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

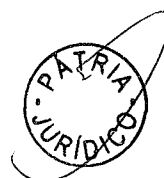
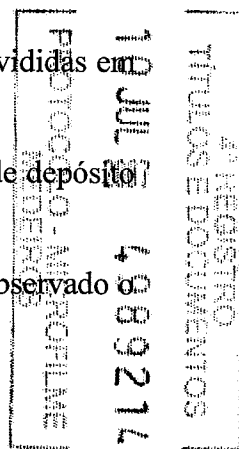
13.1. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em até 6 (seis) classes, todas com os mesmos direitos.

13.2. Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pela instituição custodiante.

13.2.1. Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item 13.6 abaixo.

DIREITOS DE VOTO

13.3. Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota, independentemente da classe, a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado o disposto no item 13.6 abaixo.



EMIÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

13.4. As Quotas do Fundo serão objeto de colocação privada pelo Administrador. O Fundo e a emissão de suas Quotas poderão ser registrados perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável, sendo expressamente vedada a pulverização das Quotas em bolsa de valores e/ou mercado de balcão organizado. O Administrador somente poderá distribuir Quotas do Fundo àqueles que se enquadrem e declarem estarem enquadrados nas condições de ingresso no Fundo por meio do Termo de Adesão, conforme previsto no item 13.9.1.

13.4.1. No ato de subscrição das Quotas do Fundo, representativas do Patrimônio Inicial e/ou de Novas Quotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos de "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento") e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento.

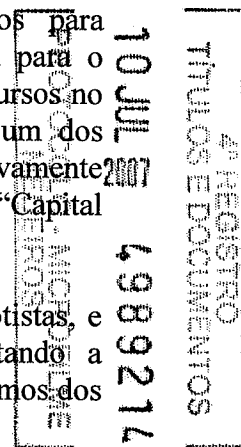
INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

13.5. As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.

13.5.1. Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas, o "Capital Integralizado").

13.5.2. O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento ("Requerimento de Integralização").

13.5.3. Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.



13.5.4. As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo ("Preço de Integralização").

13.5.5. O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta Cláusula Treze.

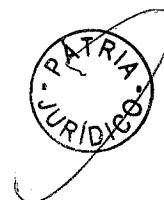
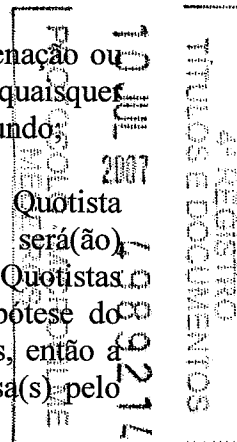
13.5.6. O procedimento disposto nos itens 13.5.2 a 13.5.5 acima será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas, se for o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.7. Os Quotistas, ao subscreverem Quotas na forma do item 13.4 acima, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 13.5 e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 13.5 e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 13.6 abaixo.

INADIMPLÊNCIA DOS QUOTISTAS

13.6. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no item 13.6.1 abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista inadimplente (o "Quotista Inadimplente"), a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo;
- (ii) eventual(is) membro(s) do Comitê de Investimento nomeado(s) por tal Quotista Inadimplente, em conjunto com outros Quotistas ou individualmente, será(ão) substituído(s) por outro(s) membro(s) a ser(em) eleito(s) pelos demais Quotistas integrantes da classe de Quotas do Quotista Inadimplente, sendo que, na hipótese do Quotista Inadimplente ser o único titular de uma determinada classe de Quotas, então a participação de tal(is) membro(s) do Comitê de Investimento será(ão) suspensa(s) pelo Administrador; e
- (iii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.



13.6.1. As consequências referidas no item 13.6 acima somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, nas hipóteses dos subitens (i) e (ii), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (iii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

13.6.2. Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, acrescido do Custo de Oportunidade, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

13.6.3. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível (i) ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas; e (ii) à nomeação de membro(s) do Comitê de Investimento em substituição àquele destituído, (a) individualmente, caso seja o único titular da classe de suas Quotas ou (b) em conjunto com os demais Quotistas titulares da classe de suas Quotas, nos termos da Cláusula Onze e Quatorze deste Regulamento.

13.6.4. Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

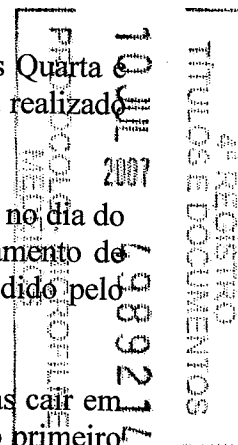
PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

13.7. As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto nas Cláusulas Quarta e Dez acima e o disposto neste item 13.7, sendo que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado de cada Quota pelos Quotistas.

13.7.1. Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

13.7.2. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

13.7.3. Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.



13.7.4. Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

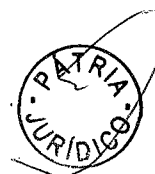
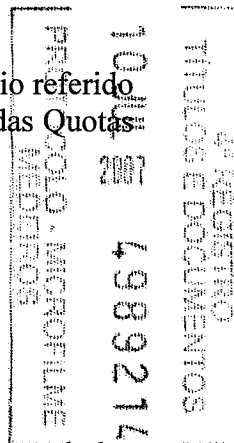
RESGATE DAS QUOTAS

13.8. As Quotas não são resgatáveis antes da liquidação do Fundo.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

13.9. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 13.9.1 a 13.9.3 abaixo.

13.9.1. Observado o disposto no item 13.9.3 abaixo, todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas, ou por qualquer outra forma, deverá aderir aos



termos e condições deste Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador, o qual conterà a declaração e obrigação do Quotista de que (i) guardará confidencialidade de todas as informações obtidas a respeito das Companhias Investidas, nos termos do item 20.3 deste Regulamento; e (ii) que não atua, detém ou participa do Controle, direta ou indiretamente, bem como que, enquanto for Quotista do Fundo, não atuará, deterá ou participará do Controle, direta ou indiretamente, de negócio concorrente ao da Tivit, assim entendido como a realização de quaisquer atividades comerciais ou de prestação de serviços relativas à: (a) terceirização de serviços de tecnologia da informação; (b) gestão de aplicativos, integração de sistemas e fábrica de software; (c) *contact center* e *telemarketing*; (d) terceirização de processos de negócios (“BPO”) que seja atualmente oferecida pela Tivit ou suas subsidiárias; (e) consultoria em tecnologia da informação; e (f) novos produtos ou serviços que venham a ser posteriormente oferecidos pela Tivit, conforme definido pelo Conselho de Administração.

13.9.2. Não obstante o direito de preferência previsto no item 13.10 abaixo, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

13.9.3. Os Quotistas não poderão alienar suas Quotas a terceiros que detenham, direta ou indiretamente, o Controle de negócio concorrente ao da Tivit, nos termos do item 13.9.1 acima.

13.9.4. Os Quotistas não poderão alienar suas Quotas a terceiros, exceto com prévia autorização do Administrador.

13.9.5. O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta nos itens 2.1 e 2.2 deste Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

13.10. Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas quotas (“Quotas Ofertadas”), deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

13.11. Ocorrendo a hipótese prevista no item 13.10, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.



3

13.12. Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

13.13. Após o decurso dos prazos previstos nos itens 13.11 e 13.12 acima e não havendo o exercício do direito de preferência por parte dos Quotistas sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá alienar a terceiros as Quotas Ofertadas, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Quotistas.

13.14. Se ao final do prazo previsto no item anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros, o procedimento previsto neste artigo deverá ser renovado.

13.15. O direito de preferência, nos termos do item 13.10 acima, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

CLÁUSULA QUATORZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

14.1. Observado o disposto nos itens 14.2 a 14.5 abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras que venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas, observado o disposto nos itens 12.3 ao 12.5 acima;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração ou da Taxa de Performance do Administrador;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;



- (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de novos comitês e conselhos do Fundo;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata a Cláusula Quinze deste Regulamento e deliberar sobre a celebração de contratos entre o Fundo e Partes Ligadas ao Administrador;
- (xii) eleger os membros do Comitê de Investimento, conforme disposto na Cláusula Onze deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dezesesseis deste Regulamento; e
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas, observado o disposto no item 13.7 acima.

14.1.1. Independentemente do disposto no subitem (ii) do item 14.1 acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

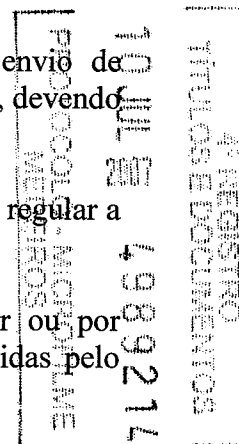
14.2. A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo o edital de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

14.2.1. Independentemente da convocação prevista no item 14.2 acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

14.3. A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

14.4. Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito dos Quotistas do Fundo.

14.5. Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.



14.5.1. Os Quotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

14.6. As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação, observado ainda o disposto neste item e no item 14.7 abaixo.

14.6.1. A eleição dos membros do Comitê de Investimento deverão observar o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.

14.6.2. As deliberações de que tratam os subitens (ii) e (viii) do item 14.1 acima será aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas em circulação.

14.6.3. As deliberações de que tratam os subitens (iv), (vii) e (ix) do item 14.1 acima serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

14.6.4. As deliberações de que tratam os subitens (v) e (vi) do item 14.1 acima serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

14.6.5. A substituição do Administrador, caso o mesmo venha a renunciar às suas funções, conforme descrito no item 3.4 acima, ou caso o mesmo seja destituído por ordem da CVM, deverá ser aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação. Na deliberação referente a esse assunto, as Quotas de titularidade do Administrador ou de Partes Ligadas ao Administrador não terão direito a voto.

14.6.6. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, deverá ser aprovada por Quotistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas em circulação. Na deliberação referente a esse assunto, as Quotas de titularidade do Administrador ou de Partes Ligadas ao Administrador não terão direito a voto.

14.7. Qualquer deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que implique alteração aos (ou que de qualquer forma impacte os) direitos dos Quotistas ou direitos inerentes às Quotas de uma determinada classe, dependerá da prévia aprovação de Quotistas que detenham a maioria das Quotas em circulação da respectiva classe.

CLÁUSULA QUINZE – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSE

15.1 Para os fins deste Regulamento, são consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo (as “Partes Ligadas”):

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou



(ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

15.2. Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto neste Regulamento.

15.3. Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas, será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, exceto nos casos previstos no item 15.4 abaixo.

15.3.1. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

(i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

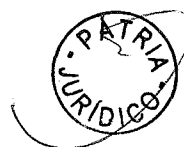
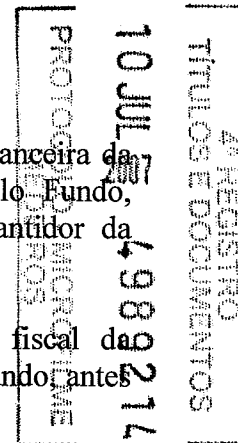
(ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:

(a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

15.3.2. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do item 15.3.1 acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.



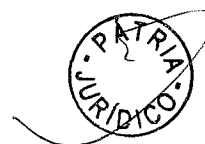
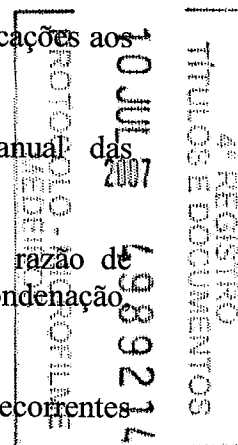
15.4. Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que tenham por objeto:

- (i) o apoio à gestão das Companhias Investidas, cujos valores não ultrapassem 1,0% (um por cento) ao ano do montante investido pelo Fundo na respectiva Companhia Investida; e/ou
- (ii) a assessoria financeira em operações de fusões, aquisições e joint-ventures envolvendo qualquer Companhia Investida, cujos valores não ultrapassem 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor da operação, a título de comissão de sucesso.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS ENCARGOS DO FUNDO

16.1. Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;



- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima.

16.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento.

16.3. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

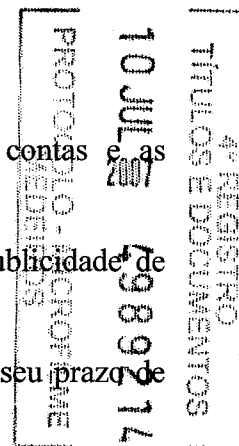
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

17.2. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

17.3. O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

17.4. As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.



DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

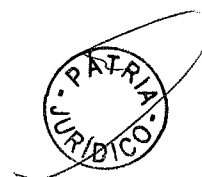
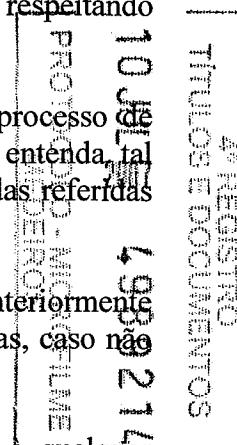
17.5. Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos deste Regulamento.

17.6. No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições deste Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no item 17.7 abaixo; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

17.7. Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no item 17.7.1 abaixo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses;
- (ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;
- (iii) após 12 (doze) meses contados da data da Primeira Emissão, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de Novas Quotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 (três) meses;
- (iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior a qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- (v) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de destituição do Administrador sem justa causa, nos termos do item 3.5.2 acima.



17.7.1. Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação").

17.7.2. A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em reunião do Comitê de Investimento, nos termos da Cláusula Onze deste Regulamento, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no item acima. Caso os membros do Comitê de Investimento indicados acima não compareçam à reunião e/ou não cheguem à uma conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DEZOITO - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

18.1. O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

18.2. O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

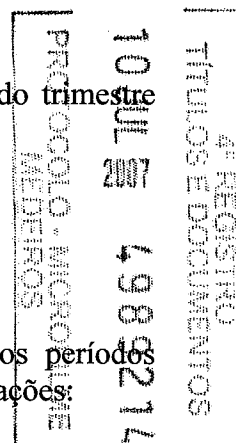
(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e

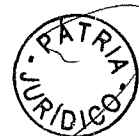
(b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

(a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;



3



- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

18.3. As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

19.1. A liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 acima.



19.1.1. Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

19.2. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

19.3. O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

(i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;

(ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze; e/ou

(iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira acima.

19.4. O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos na Cláusula Dezessete.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Comitê de Investimento e os Quotistas.

20.2. O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

20.3. Os Quotistas do Fundo deverão manter (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e/ou pelo Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; (ii) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas; e (iii) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.



20.3.1. Os Quotistas obrigam-se a indenizar integralmente as Companhias Investidas, as sociedades afiliadas, coligadas, controladoras e controladas destes e seus respectivos administradores, empregados e consultores, por prejuízos causados em decorrência da quebra do compromisso de confidencialidade previsto no item 20.3, comprometendo-se a reembolsar as Companhias Investidas por todas as perdas, danos, custos ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios), resultantes, direta ou indiretamente, da quebra do compromisso de confidencialidade.

20.4. Para todos os meses de correção dos valores previstos neste Regulamento, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*. Não será devida qualquer compensação financeira após a divulgação da variação acumulada do IPCA para o mês em questão.

20.5. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o regulamento da referida Câmara.

GLOSSÁRIO – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO REGULAMENTO

Para fins de referência, as expressões utilizadas em letra maiúscula no texto deste Regulamento terão o seguinte significado:

Afiliada: Em relação a uma pessoa ou sociedade, qualquer outra que, direta ou indiretamente, Controle ou seja Controlada por, ou que esteja sob Controle comum da primeira pessoa ou sociedade.

Administrador: Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 05.145.646/0001-80

Agente de Avaliação: empresa especializada na elaboração do Estudo de Avaliação, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época da respectiva reavaliação dos Valores Mobiliários.

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo.



3

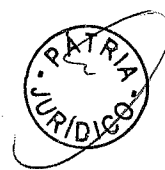


Capital Comprometido:	montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento.
Capital Integralizado:	valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas.
Carteira:	total de recursos e investimentos do Fundo, composta nos termos do item 8.2 deste Regulamento.
Co-Investimento:	composição de recursos do Fundo com recursos de investidores financeiros e/ou estratégicos a fim de viabilizar investimentos.
Comitê de Investimento:	comitê formado por até 9 (nove) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 deste Regulamento.
Companhias Alvos:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento:	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Controle:	e suas variações, têm o significado que lhe é atribuído pelo art. 116 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.
Custo de Oportunidade:	correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado, corrigido pelo IPCA.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Estudo de Avaliação:	relatório de avaliação econômico-financeira, que deverá utilizar a metodologia de fluxo de caixa descontado, a fim de reavaliar os Valores Mobiliários da Carteira do Fundo, nas hipóteses previstas no item 17.7 deste Regulamento.

PROTÓCOLO - MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS

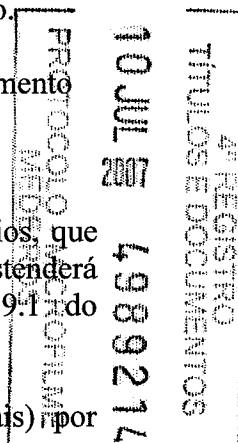
10 JUL 2007 4 989214

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



2

Fundo:	Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações.
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Novas Quotas:	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, nos termos do item 12.3 deste Regulamento.
Outros Ativos:	Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou títulos públicos federais.
Partes Ligadas:	(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no item (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.
Patrimônio Autorizado:	autorização para aumento do patrimônio do Fundo até o limite previsto no item 12.1 abaixo, independentemente de reforma do Regulamento.
Patrimônio Inicial:	montante mínimo a ser subscrito para funcionamento do Fundo, conforme previsto no item 12.2 do Regulamento.
Período de Investimento:	período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 2 (dois) anos, nos termos do item 9.1 do Regulamento.
Preço de Emissão:	valor correspondente a R\$1.000,00 (mil reais) por cada Quota, na Primeira Emissão.
Preço de Integralização:	preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento.



Primeira Emissão:	primeira emissão de Quotas do Fundo, a ser composta por 25.700 (vinte e cinco mil e setecentas) Quotas.
Quotas:	frações ideais do patrimônio do Fundo, divididas em até 6 (seis) classes, todas com os mesmos direitos patrimoniais.
Quotas Ofertadas:	as Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros, nos termos do item 13.10 do Regulamento.
Quotista Inadimplente:	Quotista que descumprir, total ou parcialmente, a obrigação de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização.
Quotistas:	investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que tenham subscrito Quotas do Fundo.
Requerimento de Integralização:	notificação encaminhada pela Administrador ao Quotista, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas subscritas.
Taxa de Administração:	parcela fixa de remuneração devida ao Administrador pela administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do item 4.2 deste Regulamento.
Taxa de Performance:	parcela variável de remuneração devida ao Administrador, calculada com base no desempenho dos investimentos do Fundo nos termos dos itens 4.3, 4.4 e 4.5 deste Regulamento.
Valores Mobiliários:	ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo.



Anexo III ao Prospecto
Declaração nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

PÁTRIA – BANCO DE NEGÓCIOS – ASSESSORIA, GESTÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001-80, na qualidade de administrador (“Administrador”) do **FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 (“Fundo”), neste ato representado por seus sócios, Srs. Luiz Otavio Reis de Magalhães, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.501.653 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 053.187.248-33, e Olimpio Matarazzo Neto, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 5.396.438 SSP/SP e do CPF/MF n.º 010.076.218-26, residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ambos com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, vem por meio desta declarar, nos termos do art. 56, §5º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

São Paulo, 10 de julho de 2007



Pátria – Banco de Negócios – Assessoria, Gestão e Participações Ltda.

Luiz Otavio Reis de Magalhães

Olimpio Matarazzo Neto

Anexo IV ao Prospecto

Demonstrações financeiras do Fundo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006

***Fundo de Terceirização de Serviços
para o Brasil - Fundo de Investimento
em Participações
(Administrado pelo Pátria - Banco de Negócios,
Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período de 28 de Junho (Data do Início das
Atividades) a 31 de Dezembro de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes
CNPJ nº 08.078.234/0001-63*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES


Aos Cotistas e ao Administrador do

Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pelo Pátria - Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)
São Paulo - SP

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações, levantada em 31 de dezembro de 2006, e a demonstração da evolução do patrimônio líquido correspondente ao período de 28 de junho (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2006, elaboradas sob a responsabilidade de seu Administrador. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pelo Administrador do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2006 e a evolução de seu patrimônio líquido correspondente ao período de 28 de junho (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2006, o patrimônio do Fundo encontrava-se substancialmente aplicado em ações que não têm cotação de mercado, por não serem negociadas em bolsas de valores. Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.b e 4 e definido no regulamento do Fundo, o referido investimento está avaliado inicialmente pelo seu custo de aquisição, devendo ser feitas reavaliações periodicamente sempre que o Administrador entender necessário, respeitando um intervalo não inferior a 12 meses. Conseqüentemente, quando da realização desse investimento, os valores podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles registrados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2007


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL -
 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
 (Administrado pelo Pátria - Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS APLICAÇÕES
 LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Em milhares de reais)

<u>Aplicações/especificações</u>	<u>Espécie/ forma</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Cotações</u>	<u>Valor atual</u>	<u>% sobre o ativo</u>
DISPONIBILIDADES				6	0,02
Banco conta movimento				6	0,02
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				66	0,26
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Cash		310,39	212,55	66	0,26
AÇÕES				25.500	99,72
Varanasi Administração de Bens S.A.		25.500.000	1,00	25.500	99,72
TOTAL DO ATIVO				<u>25.572</u>	<u>100,00</u>
VALORES A PAGAR				23	
Taxa de administração				20	
Outros				3	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				25.549	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				<u>25.572</u>	

As notas explicativas do Administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(Administrado pelo Pátria - Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 28 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cotas emitidas:	25.700
15.000 cotas - Classe A	15.000
3.500 cotas - Classe B	3.500
2.800 cotas - Classe C	2.800
2.300 cotas - Classe D	2.300
2.100 cotas - Classe E	2.100

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO DO PERÍODO 25.700

RESULTADO DO PERÍODO

Receitas-	8
Rendas de aplicações em cotas de fundos de investimento	8
Despesas:	(159)
Despesas de custódia	(6)
Despesas de Taxa de administração	(136)
Despesas administrativas	(17)

INSUFICIÊNCIA DAS RECEITAS SOBRE AS DESPESAS (151)

RESULTADO DO PERÍODO (151)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO FIM DO PERÍODO 25.549

Total de 15.000 cotas - Classe A - R\$994,1374614 cada uma	14.912
Total de 3.500 cotas - Classe B - R\$994,1374614 cada uma	3.479
Total de 2.800 cotas - Classe C - R\$994,1374614 cada uma	2.784
Total de 2.300 cotas - Classe D - R\$994,1374614 cada uma	2.286
Total de 2.100 cotas - Classe E - R\$994,1374614 cada uma	2.088

TOTAL DE 25.700 COTAS - R\$994,1374614 CADA UMA 25.549

As notas explicativas do Administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(Administrado pelo Pátria - Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO DE 28 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - Fundo de Investimento em Participações ("Fundo") foi constituído em 14 de junho de 2006, sob a forma de condomínio fechado, tendo iniciado suas atividades em 28 de junho de 2006. Tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimentos em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas ("Companhias Investidas"), que atuem preponderantemente no setor de serviços envolvendo *telemarketing* e *contact center* em geral. O Fundo deverá participar do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, isoladamente ou participando de bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O Fundo terá o prazo de duração de oito anos, contados de 28 de junho de 2006, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador ou deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

A gestão e administração da carteira do Fundo são realizadas pelo Pátria - Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda. ("Administrador").

O Fundo não foi registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que a colocação de suas cotas ocorreu de maneira privada e sem a intermediação de entidade integrante do Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Não obstante, por força de seu regulamento, o Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM, no que for aplicável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da CVM, aplicáveis a fundos de investimento.

Entre as principais práticas contábeis adotadas, destacam-se:

a) Cotas de fundos de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelos respectivos administradores.

b) Ações

As ações integrantes da carteira, em razão de sua iliquidez de mercado estão avaliadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, devendo ser feitas reavaliações:

- (i) periodicamente sempre que o Administrador entender necessário, respeitando um intervalo não inferior a 12 meses;
- (ii) no período de 30 dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de novas cotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária;
- (iii) após 12 meses contados da data da primeira emissão, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de novas cotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 meses;
- (iv) no prazo não superior a 60 dias imediatamente anterior a qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- (v) no prazo não superior a 60 dias imediatamente anterior a conclusão de processo de distribuição do Administrador sem justa causa.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.086, de 15 de fevereiro de 2002, com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.096, de 6 de março de 2002, ambas do BACEN, e pela Instrução CVM nº 365, de 29 de maio de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- a) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, reconhecidos no resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:
 - Que o fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM referente aos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários.
 - Que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo.

- Que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições mencionadas.

O Fundo mantém, em sua carteira, cotas de fundos de investimento classificados como títulos para negociação, no valor total de R\$66, sem prazo de vencimento.

4. INVESTIMENTOS EM 2006

Em 21 de junho de 2006, o Fundo emitiu 25.700.000 cotas ao preço unitário de R\$1,00, sendo integralizados R\$25.700 entre os dias 28 e 30 de junho de 2006.

Em 28 de junho de 2006, o Fundo subscreveu e integralizou 25.500.000 ações ordinárias da Varanasi Administração de Bens S.A. ("Varanasi"), resultando em uma participação de 99,99% do total de ações. A Varanasi adquiriu 5.311.945 ações da Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura"), resultando em uma participação de 27,77% do total de ações. A Telefutura é uma empresa especializada em implantação de *contact center*, provendo soluções de relacionamento com a missão de gerar resultado para clientes e acionistas.

Em 31 de dezembro de 2006 o investimento na Varanasi está registrado pelo seu custo de aquisição, devendo ser feitas reavaliações periodicamente sempre que a Administração entender necessário, respeitando um intervalo não inferior a 12 meses.

5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos cotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas cotas. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das cotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, e seu exclusivo critério, à medida que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em virtude de seus investimentos nos valores mobiliários e outros ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Quaisquer distribuições a título de amortização de cotas deverão abranger todas as cotas do Fundo, em benefício de todos os cotistas.

6. CLASSE DAS COTAS

O patrimônio do Fundo será representado por seis classes de cotas, sendo as cotas classe A, classe B, classe C, classe D, classe E e classe F.

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, divididos em 6 classes, todas com os mesmos direitos.

Todas as cotas farão jus a pagamentos de amortizações em iguais condições.

Todas as cotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo, correspondendo cada cota, independentemente da classe, a um voto nas Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo.

7. PERÍODO DE INVESTIMENTO

O Fundo terá um período de investimento em valores mobiliários (“período de investimento”) que se iniciará da data da primeira emissão e se estenderá por dois anos, prorrogáveis mediante aprovação do Comitê de Investimento.

A Assembléia Geral de Cotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o período de investimento antecipadamente.

O Administrador poderá, após o término do período de investimento exigir integralizações remanescentes, a fim de realizar: (a) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (b) novos investimentos nas companhias investidas que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamentos:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a companhia investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do período de investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das companhias investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de valores mobiliários emitidos por companhias investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

8. COMITÊ DE INVESTIMENTO

O Fundo terá um Comitê de Investimento formado por até nove membros eleitos pelos cotistas, escolhidos entre as pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos cotistas. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador.

Os membros do Comitê de Investimento terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituído antes do término de tal prazo.

Atualmente, o Comitê de Investimento é composto por cinco membros eleitos.

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração será equivalente a 1% ao ano calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, descritos a seguir:

- a) No primeiro período de cobrança da taxa de administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do patrimônio inicial até o encerramento do período de investimento, a taxa de administração será calculada sobre o valor do capital comprometido, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no quinto dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.

- b) No segundo período de cobrança da taxa de administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do período de investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a taxa de administração incidirá sobre o valor do capital integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no quinto dia útil do mês subsequente aos dos serviços prestados pelo Administrador.

10. TAXA DE PERFORMANCE

O Administrador não fará jus a nenhum pagamento de taxa de performance até que os cotistas recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas cotas, valores em moeda corrente nacional e/ou em valores mobiliários e/ou outros ativos, que correspondam ao somatório do capital integralizado, devidamente corrigidos pelo IPCA, acrescido de custo de oportunidade correspondente a 6% ao ano sobre o valor do capital integralizado corrigido pelo IPCA ("Custo de Oportunidade"). Para todos os meses de atualização do capital integralizado, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada "pro rata temporis".

Depois de cumpridos os requisitos descritos, quaisquer outras distribuições de ganhos do Fundo resultantes de seus investimentos e/ou de valores mobiliários e/ou outros ativos, observarão a seguinte proporção: (a) 80% serão entregues aos cotistas a título de pagamento de amortização de suas cotas; e (b) 20% serão entregues ao Administrador a título de pagamento de taxa de performance.

11. CUSTÓDIA DOS ATIVOS EM CARTEIRA

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo estão sob a responsabilidade dos respectivos administradores.

12. EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

A variação do valor da cota e a rentabilidade do Fundo nos últimos 12 meses foram as seguintes:

<u>Mês</u>	<u>Patrimônio líquido médio</u> <u>R\$</u>	<u>Cota</u> <u>R\$</u>	<u>Variação</u>	
			<u>No mês</u> <u>%</u>	<u>Acumulada</u> <u>%</u>
Junho de 2006	21.967	1.000,0000000	-	-
Julho de 2006	25.683	998,5530007	(0,145)	(0,145)
Agosto de 2006	25.650	997,6067793	(0,095)	(0,239)
Setembro de 2006	25.627	996,7636498	(0,089)	(0,324)
Outubro de 2006	25.605	995,8791338	(0,089)	(0,412)
Novembro de 2006	25.582	995,0100202	(0,091)	(0,499)
Dezembro de 2006	25.560	994,1374614	(0,092)	(0,586)

13. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que o Fundo contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado outro tipo de serviço ao Fundo.

É adotado como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa a postura de atender às regulamentações que preservem a independência do auditor externo nos quais incluem, entre outros, o seguinte: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes para que estes não afetem as regras de independência estabelecidas.

14. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADORIA

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A. para prestar serviços de custódia, controladoria e contabilidade de ativos da carteira do Fundo e de tesouraria relativos ao Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2006, o Fundo não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra o Administrador do Fundo.